

Desigualdades Sociais Urbanas, Indicadores Sociais e Representabilidades: notas sobre o caso de Porto Alegre¹

Daniel Godoy²

Paulo Roberto Rodrigues Soares³

1 Trabalho preparado para apresentação no III Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, Brasília, 11 a 13 de maio de 2016.

2 Doutorando em Geografia - Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRGS. Bolsista CAPES.

3 Doutor em Geografia, Professor Associado do Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRGS.

Resumo

A presente comunicação faz parte dos estudos iniciais para fins de pesquisa de doutoramento em Geografia, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS. A pesquisa aborda o tema da Geografia das Desigualdades Sociais por meio da temática da (re)produção dos indicadores sociais. Como conceitos chaves de problematização se utiliza o conceito de dispositivo e o conceito de representação. Como conceitos operacionais, o conceito de campo social é utilizado para recorte do caso da cidade de Porto Alegre. Onde foram observados as formas de uso e apropriação dos indicadores sociais junto ao campo político, ao campo jornalístico e ao campo técnico científico. Os resultados encontrados apontam uma clivagem entre as formas de usos, apropriações e representações entre os diferentes campos. Como também, sinalizam a necessidade de maiores estudos com especial atenção para como grupos sociais e comunidades estão usando e se apropriando dos indicadores sociais.

Palavras Chaves

Geografia das Desigualdades Sociais – indicadores sociais - tecnologia política – meio técnico científico informacional – saber/poder

1. Introdução

O presente texto tem como objetivo apresentar reflexões resultantes de pesquisa de doutoramento em Geografia junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O tema em tela é a Geografia das Desigualdades Sociais e o uso e apropriações dos indicadores sociais. Como caminho investigativo, vem sendo proposto um estudo sobre os usos e apropriações das estatísticas e indicadores sociais, para um melhor entendimento das relações que atravessam e se complementam na produção e reprodução estrutural das desigualdades sociais no espaço geográfico e no tempo social.

O campo dos estudos sobre as desigualdades sociais se tornou um campo de pesquisa multidisciplinar ao longo do século XX, diante das diferentes abordagens e *epistemes* adotadas que possibilitam várias perspectivas de análise. Neste cenário, as pesquisas empíricas se depararam com duas dimensões distintas de escalas de estudo a macro social e a micro social. Como instrumentos e metodologias de pesquisas, as abordagens diferem fundamentalmente no tipo de dados utilizados e nas epistemologias de investigação sobre os problemas de pesquisa. As pesquisas macro sociais caracterizaram-se

pelo uso de uma escala geográfica mais larga, utilizando geralmente dados estatísticos e indicadores sociais de vários tipos. As pesquisas micro sociais por sua vez, tenderam a utilizar abordagens utilizando fundamentalmente conteúdos discursivos e representações diversas com foco em pequenos grupos e indivíduos.

Diante desse cenário de tradições e tendências de produção de conhecimento sobre as desigualdades sociais, alguns conceitos chaves para enquadramentos de fenômenos de análise foram surgindo e cunhados em contextos específicos de referências teóricas e epistemológicas das Ciências Sociais e da Geografia. Com destaque ao fenômeno da segregação urbana e o da exclusão social.

No final da década de 1990 emergem uma gama de estudos micro sociais buscando problematizar as abordagens estruturais através de estudos com pequenos grupos e mesmo de casos individuais. Observando nuances da reprodução das desigualdades sociais as quais tendem a escapar das observações e estudos macro sociais, emergindo a dimensão das subjetividades e as necessidades de maiores detalhamentos e problematizando com a compreensão das diferenças. Neste mesmo período, os estudos macro sociais no Brasil se deparam com grandes problemas sociais estruturais como o desemprego e a estratificação social e espacial nas cidades em uma fase de democratização do país.

2. Campos sociais e (re)produção de representabilidades

Concomitante ao processo de avanços dos estudos macro e micro sociais sobre as desigualdades sociais no campo científico, houve a produção de políticas públicas para fins de produção de dados e informações com o objetivo de produzir conhecimentos que melhorem a eficiência dos investimentos do Estado. Também, houve avanços na criação e ampliação de programas e projetos os quais passam a disponibilizar uma gama crescente de dados e informações.

No início do século XXI, há então o advento e popularização de novas tecnologias de processamento e sistematização de dados qualitativos e quantitativos, com destaque ao Sistema de Informação Geográfica – SIG, que evidencia a dimensão espacial das análises e representações. Emergindo, crescente produção de políticas de comunicação e publicidade de governos, que passam a se apropriar dos resultados de indicadores sociais para

promoção e valorização de gestões públicas. Bem como, o uso dessas informações também passam a ocorrer junto as imprensas em geral.

Com o intuito de contribuir com um melhor entendimento e reflexão sobre as questões que emergiram como sendo de fundamental importância para a dimensão técnica e política dos estudos sobre as desigualdades sociais no século XXI. A presente comunicação busca trazer ao debate uma análise das possibilidades e caminhos possíveis de investigação e aprofundamentos para fins de contribuições aos campos de pesquisas sobre as desigualdades sociais, por meio da problematização do uso dos indicadores sociais como dados e como instrumentos de pesquisa sobre as desigualdades sociais que geram diferentes representações e representabilidades.

Os indicadores sociais como advento técnico, emergem na segunda metade do século XXI, concebidos para serem instrumentos de produção de conhecimento e informações sobre a realidade social com objetivo central de melhorar as eficiências das políticas públicas, investimentos e controle social. Contrapondo-se aos indicadores meramente econômicos como o Produto Interno Bruto – PIB. De modo, que podemos interpretá-los como parte de um fenômeno mais amplo de produção de governamentalidade e de estatísticas para fins de manutenção, reprodução e legitimação do Estado Nacional.

A partir dessa interpretação, a problematização recai sobre a dimensão técnica e política dos usos e apropriações dos indicadores junto aos campos sociais. Esta problemática, ao ser analisada pela dimensão dos usos e apropriações feitas pelo campo das pesquisas sobre as desigualdades sociais, pode nos revelar alguns pontos que são relevantes a reflexão e com mérito de serem avaliadas para fins de direcionamento de pesquisas e debates.

A primeira dimensão a ser recuperada neste texto, é como os indicadores sociais vêm sendo utilizados para a produção de conhecimento? A segunda, é quais discursos, o uso dos indicadores tem possibilitado a legitimidade e o estabelecimento de status de verdade? A terceira seria quem são as pessoas que utilizam os indicadores sociais e quem são as pessoas que produzem discursos públicos com status de verdade a partir deles? A quarta dimensão pode ser sintetizada na produção de representações e representabilidades decorrentes. Sendo, a quinta dimensão de análise, a identificação das categorias espaciais e

temporais recorrentes. Para problematização empírica dos questionamentos, buscaremos utilizar o caso da cidade de Porto Alegre, RS (POA) para conduzir uma busca de respostas aos questionamentos suscitados e lançados a discussão.

3. Questões teóricas e referências

Ao observarmos as representações da desigualdade social em territórios locais, em escala municipal, chama-nos atenção o estudo do uso e apropriação⁴ de indicadores sociais por agentes e atores sociais⁵. Observamos como o meio de representação e de conhecimento da realidade social e geográfica das desigualdades sociais se torna um caminho metodológico de pesquisa.

Para trilhar tal caminho, dois conceitos operacionais são utilizados para fins de orientação, ou seja, são tomados como termos chaves, o de “dispositivo”⁶ com referência em contribuições de Michel Foucault e Giorgio Agamben, e o conceito de “representação” com referências em uma Teoria das Representações, considerando as contribuições de Serge Moscovici (Psicologia Social) e de Henri Lefebvre (Filosofia) a uma teoria geral das representações. Como recurso metodológico para observação empírica é observado como no campo político, no campo social e no campo técnico científico os indicadores sociais são utilizados e apropriados para representação de desigualdades sociais.

Os indicadores sociais ao serem apropriados pela razão de planificação dos Estados-nação estão relacionados com um paradigma cultural abordado por Jean Lyotard (1998) como “Cultura da Performatividade” e a um modelo teórico de Estado-nação emergente do pós-guerra, denominado de Estado de Bem Estar Social. Nesse sentido,

4 O conceito de apropriação aqui utilizado se refere as táticas e estratégias de uso e significação de um indicador social, para fins uso discursivo e para o cotidiano, seja, como um instrumento de trabalho, como no caso de um profissional técnico, um pesquisador, um gestor público, seja, para uso comunicacional, como feito pela imprensa, por movimentos sociais para argumentar por reivindicações, seja pelos cidadãos em seus cotidianos, seja como instrumento técnico de controle social presente em marcos legais.

5 Para a presente pesquisa, é feita uma distinção entre o conceito de ator social, significando uma pessoa que age no tempo e no espaço, por meio de ações e atividades em seu cotidiano. Diferindo do conceito de agência social, que aqui se remete a significar instituições que agem através do agenciamento das ações individuais e coletivas, através de discursos e representações institucionais, promoção de projetos e de programas institucionais e burocráticos.

6 O significado semântico aqui utilizado para o termo dispositivo é como o conceito utilizado por Michel Foucault e Giorgio Agamben. Logo, define-se por dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos.” (AGAMBEN, 2009, p. 40)

sofrem influências diretas das Teorias do Desenvolvimento e das Teorias do Bem Estar Social, bem como das “ideologias”⁷ e racionalidades de gestão econômica e burocrática relacionadas a este modelo de Estado-nação.

A estratégia investigativa adotada visa analisar as representações e representabilidades em quanto potências de representação, buscando perceber junto a atores e agências que lidam com os indicadores sociais utilizados. Observando como as representações das desigualdades sociais são relacionadas com dimensões geográficas e temporais da realidade. De modo a observar, as relações entre a captura de representações sociais⁸ e de representações do espaço geográfico e do tempo.

Para tanto, os indicadores sociais são aqui interpretados como mediações e objetos técnicos que suscitam discursos e conteúdos discursivos, logo direcionando práticas sociais e a *práxis* através da produção de representações. A estratégia adotada busca adentrar na análise da relação entre indicadores sociais e as geografias humanas da *práxis*, observando relações entre as representações espaciais geradas e os espaços concebidos a partir delas.

O estudo e análise das representações de atores e agentes sociais é, portanto, adotado como estratégia de observação, que visa um melhor compreender as ações e

7 Para Adorno (1973) “à dinamização dos conteúdos espirituais, por parte da crítica ideológica, esquece-se geralmente que a própria teoria da ideologia pertence à história e que, se não a substância, pelo menos a função do conceito de ideologia, foi modificando-se historicamente e está sujeita à dinâmica que se quer rejeitar”. Diante desse entendimento, o conceito de ideologia aqui é definido para esta pesquisa, como distorções, reduções e suplementações criadas como representações diante de interesses políticos de uma classe social. Quando a ideologia é produzida por uma classe dominante ou hegemonia, está tem a função e finalidade de manutenção das relações de poder, dominação ou hegemonia, por meio da invenção representacional de uma determinada realidade e de perspectivas de percepção. Quando, a ideologia é produzida por uma classe subalterna ou classe social de contestação da ordem vigente, a ideologia tende ser produzida por distorções, suplementações e complementações nas representações, a fim de desconstruir as ideologias das classes dominantes, tensioná-las em seus conteúdos e significação, para produzir uma outra forma de realidade social possível.

8 Define-se para fins desta pesquisa o conceito de representações social, partindo das contribuições da teoria postulada por Serge Mocolvici, das contribuições de Denise Jodelet e do vasto uso em pesquisas empíricas e reflexões teóricas realizadas na tradição brasileira de pesquisas que lidam com a Teoria das Representações Sociais. Neste contexto epistêmico de referência portanto, entende-se como representação social uma forma de conhecimento social específico em relação a um objeto de representação, determinado por um sistema (ou estrutura) de interpretações da realidade, que organiza as relações da pessoa (quem representa) com o mundo e a si mesma, ou seja, com as externalidades e internalidades, construídas a partir de suas relações sociais e relações de pertencimento coletivo e identidade, atravessadas pelas tensões e a dialética da percepção cotidiana sobre o que é, e o que não é real ou verdadeiro. A relevância do conceito para a presente pesquisa pode ser expresso no que Roseane Xavier (2002) expõe ao colocar que uma representação social orienta as condutas e comportamentos no meio social, por permitir “interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta, ao mesmo tempo, o construir e se apropriar de objetos socializados. Portanto, a relevância geográfica do estudo das representações sociais, está na questão de que elas são fundamentos do saber e do conhecimento utilizado para orientar e determinar as práticas e atitudes dos atores sociais no cotidiano, como em um contexto social e geográfico mais amplo na *práxis*.

atividades humanas relacionadas a produção, comunicação, uso e apropriação de indicadores sociais, observando como se constituem as relações de sentido e significado, os direcionamentos para a ação, para as atividades e para as práticas, a partir do uso e apropriação de indicadores sociais. Conseqüentemente, refletindo sobre as relações políticas existentes com a produção social do espaço geográfico, do tempo e das cartografias das desigualdades sociais produzidas.

A problematização principal da pesquisa em andamento tem como reflexão epistemológica fundamental, o problematizar como podemos entender as imanências das relações de ação e poder envolvidas no produzir indicadores sociais, nos seus usos sociais e nas apropriações feitas pelos diferentes atores e agências. Observando, os efeitos na racionalidade da transformação do espaço banal em território usado e planejado pela razão da gestão econômica do Estado-nação que tende a controlar os espaços e os tempos sociais sobre seu controle.

Como pano de fundo da pesquisa proposta, questões típicas da filosofia política e da filosofia do espaço permeiam a construção do objeto de pesquisa e da epistemologia adotada. Pois perguntas que questionam como se dão as relações entre produção social do espaço e a produção de estatísticas e indicadores sociais? Como as relações sociais e as relações espaciais são atravessadas por uma multiplicidade de dimensões políticas, as quais podem estar diretamente ou não, relacionadas com as atuais estratégias de reprodução social da humanidade sobre a égide do Capitalismo? São colocadas como pontos de reflexão e prismas sobre o tema.

4. Genealogias das estatísticas e dos indicadores sociais

As relações entre estatísticas sociais e a Geografia como exemplo das relações entre saber e espaço, se perdem no imaginário quando lançamos uma reflexão genealógica sobre as origens da Geografia, da História e da Matemática como áreas de saber e conhecer, sendo vitais a humanidade na Antiguidade e Modernidade. A literatura especializada costuma pontuar o século XVI e XVII como momentos de uma maior adoção desse instrumental técnico na Europa, momento que se incorpora técnicas de matemática estatística.

As genealogias dos usos de levantamentos de censos e de mensurações sociais, já ocorriam na Antiguidade. F. Bédarida (1987), A. Bayer (2004) e M. H. Santos (2005), apontam que recenseamentos eram práticas correntes, no Egito Antigo já entre 2700 e 2500 A.C., como também, na China, haviam censos anuais, com o objetivo de fiscalização. F. Bédarida (1987) comenta que por volta de 1900 A. C., foram estabelecidas listas de familiares dos soldados egípcios, com informações destinadas para o uso fiscal e também militar. Apontando que cerca de mil e quinhentos anos após os primeiros registros de censos, em meados de 1200 a.C., no Egito Antigo, surgem o advento das listas das casas, dos chefes de família e parentes, com a indicação do nome do pai e da mãe de cada casa, e por volta de 600 A.C., todas as pessoas tinham de declarar informações todos os anos ao governo da sua província, sob pena de morte, caso não o fizessem.

De modo diferente mas análogo esse fenômeno de controle social e de saber/poder através da mensuração social, ocorre milenarmente no Egito, China, Índia, Israel, Grécia, Roma, Ocidente Medieval e Moderno. Logo sendo um fenômeno universal, que nos permite perceber, que as estatísticas são historicamente utilizadas como dispositivos e artefatos técnicos fundamentais para a consolidação dos modelos de organização social vigentes e da ação via saber/poder que configura-se no Estado-nação como o concebemos hoje.

Por exemplo, censos são citados na cultura judaico-cristã em textos religiosos como o Torá e a Bíblia, como partes da vida cultural e lembrados de geração em geração como narrativa e como uma tradição. No Ocidente para a cultura hegemônica judaico-cristã, o marco histórico simbólico e narrativo, é o censo feito pelo Rei Davi de Israel no Antigo Testamento. Em 1º Crônicas narra-se que o rei Davi chamou Joabe, capitão de seu exército, dizendo: “Ide, numerai a Israel, desde Berseba até Dã; e trazei-me a conta para que saiba o número deles.” (1º Crônicas 21:2).

Na modernidade recente, a partir da segunda metade do século XX, é possível observar a adoção histórica de estatísticas sociais como uma estratégia central para o controle social por parte do Estado e da racionalidade moderna e informacional de controle social e do espaço geográfico. Quando ocorre o advento de um artefato/objeto técnico específico, os indicadores sociais ou índices sociais, como produtos técnicos derivados de dados de censos e de levantamentos estatísticos, assumindo funções de dispositivos

políticos de governamentalidade⁹. Ganhando centralidade na representação do real e das desigualdades sociais no espaço geográfico e no tempo.

Ao revisar as origens das estatísticas A. Baye (2004) e M. H. Santos (2005), anotam que a Estatística, trata fundamentalmente de assuntos de Estado, como exemplo, citam que os grandes impérios da humanidade, tinham como objetivo para seu uso, o conhecimento para fins de administração de bens, pessoas, armas, obras e territórios sobre domínio. Portanto, os censos e levantamentos de informações sobre pessoas e características de um dado território, não são adventos da modernidade, apesar de que na modernidade o Estado-nação vai fazer um uso diretamente relacionado as transformações do “meio técnico científico e informacional” (SANTOS, 1996), e as necessidades emergentes de controle social e controle dos territórios dos modos de produção (totalidades sociais) emergentes, e que sucederam no atual Capitalismo de Estado.

5. Indicadores Sociais, Ciências Sociais e Geografias

Em um contexto específico da produção de saber/poder e de crítica social, a pesquisa de doutoramento de Milléo (2005), chamou a atenção para quais são as relações entre indicadores sociais (artefatos numéricos derivados de estatísticas sociais), com o que a literatura especializada vem chamando de Movimento dos Indicadores Sociais¹⁰ e o conhecimento da dimensão espacial das desigualdades sociais. Ao observar essa relação, Milléo (2005) problematiza as ideologias e racionalidades envolvidas no processo histórico, identificando uma razão utilitarista hegemônica e emergente do século XIX.

Uma leitura atual dos campos científicos das Ciências Humanas e da área de conhecimento Geografia no Brasil permite perceber que os atuais estudos sobre o tema têm

9 O conceito de governamentalidade criado por Michel Foucault é utilizado na presente pesquisa para significar determinadas tecnologias de governo que operam dispositivos de saber/poder os quais criam subjetivações e determinam modos de objetivação. Traversini e López Bello (2009) demonstram como na governamentalidade neoliberal contemporânea, a estatística torna-se uma tecnologia de governo e também mercadológica, para gerenciar as desigualdades sociais como, por exemplo, o analfabetismo. Por criar representações da realidade e legitimar credibilidades necessárias para manter investimentos, ou cerceá-los diante da racionalidade da ação do Estado. A governamentalidade territorializa um *ethos* de governo de si e do outro, segundo a racionalidade de governo posta em ação pelo Estado.

10 Santagada (2014) faz uma síntese do contexto histórico dos indicadores sociais em escala mundial, apontando um plano internacional com marco a partir dos anos 1960, e planetarização do uso pelos Estados Nacionais a partir da década de 1970, com destaque para a atuação dos estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a ação de consultores ligados a agências multilaterais como UNESCO, OEACD e Banco Mundial que passa a postular uma nova contabilidade social.

deixado de dar uma atenção maior e detalhada à temática das Geografias e Estatísticas Sociais, mesmo diante da importância política que esta relação assumiu para a modernidade. Na Geografia brasileira o debate em relação ao uso de estatísticas e as questões epistemológicas e ideológicas que se imbricam, teve uma fase de centralidade de discussões e de tensões políticas nas décadas de 1980 e 1990.

Todavia, apesar de uma emergente hegemonia das perspectivas da Geografia Crítica em relação a uma Geografia Quantitativa. O fazer geografias quantitativas continuou como prática e epistemologia de produção de conhecimento em diferentes áreas sociais e do Estado. Em diversos campos dos saberes e de ação social, como o planejamento, as avaliações internas e externas (*accountability*) do Estado, a relação entre indicadores sociais e espaço se tornou uma dimensão política fundamental. Ficando, as Geografias a margem da participação direta em um processo mais amplo de construção das políticas dos usos, críticas, práticas sociais e as epistemologias relacionadas a produção de estatísticas, dados sociais e seus usos nas formas de indicadores.

Diante desse cenário, emerge dos estudos sociológicos, a Cartografia Social, surgindo como uma tática e estratégia de enfrentamento e luta social, como produto dialógico de críticas as hegemonias nas representações criadas a partir das cartografias geradas com dados de censos e indicadores sociais. Com a Cartografia Social (RIBEIRO, 2001), as monofonias das representações cartográficas e o fechamento das representações, são então problematizadas, passando-se a buscar uma polifonia de vozes sociais nos processos de produção de representações cartográficas.

À modo de exemplo deste processo de pouca participação, diacronias, ausências, e divergentes interesses de estudos sobre a relação entre as Geografias, as Ciências Sociais e o fenômeno de produção de estatísticas e indicadores sociais, podemos citar para a reflexão, a crescente importância da produção de estatísticas e indicadores sociais com fins de orientação do planejamento e da gestão do Estado-nação em escala planetária. Que demanda, crescentes pesquisas de avaliação e monitoramento de políticas públicas, onde se consolida a hegemonia da participação de expertos em Economia, seguidos por expertos em Demografia.

Ao observar esse cenário, campos sociais e paradoxos envolvidos no desinteresse na área da Geografia e das Ciências Sociais, sobre o conhecimento das implicações e

relações entre indicadores sociais e a produção social do espaço e do tempo, na literatura especializada, a tese de José Carlos Milléo (2005) orientada pelo professor Ruy Moreira, se tornou uma presença entre ausências. Ao pensar e criar um caminho de enquadramento teórico dentro de uma Teoria Geográfica, Milléo (2005) percebe que os indicadores sociais podem ser melhor compreendidos, a partir de contribuições teóricas epistemológicas de Milton Santos. Pois, podemos entender estes números com significado social, como objetos técnicos e elementos do meio técnico científico e informacional, operados por meio de redes técnicas e informacionais.

Portanto, diante desse enquadramento teórico, perguntas como se os Indicadores sociais são iguais a estatísticas sociais ou qualquer outro tipo de dado ou número público? Se sim ou não, em que eles se diferenciam e em que possuem similitudes? Podem ser considerados um paradigma político e técnico? Como são produzidos, para quem, por quem, como são veiculados e comunicados para a sociedade? Como as sociedades fazem usos dos indicadores sociais? Quais as semelhanças e diferenças entre indicadores sociais e estatísticas sociais? Eles se relacionam com campos de forças, atores, agências sociais e agentes de mercados específicos da produção de conhecimento e informação? Como na Geografia e nas Ciências Sociais, a produção e o uso de estatísticas tem sido abordada? Quais as relações modernas entre a cultura de avaliação do desempenho do Estado-nação e a produção social do espaço e do tempo social? Por que tais perguntas são pertinentes para um melhor entendimento da natureza social do espaço geográfico e do tempo social diante dos projetos de sociedades em curso no mundo hoje?

As inquietações e estudos que levam ao interesse de pesquisa aqui apresentado, visa entender como indicadores sociais se tornam objetos técnicos e informacionais da planificação social e do espaço geográfico, e inferem sobre a produção do espaço e do tempo social. Por este motivo, busca-se entender como os indicadores sociais se consolidaram como instrumentos chaves da racionalidade de gestão econômica do Estado-nação, razão esta, no sentido de uma racionalidade weberiana que transforma e regula espaços e territórios para fins de uma maior eficiência, buscando sempre a eficiência máxima. Projetando a futuro, a ação humana no tempo e no espaço, para operá-la como uma ação controlada em uma maquinaria social idealizada para fins de produtividade máxima e funcionamento perfeito.

Tal razão com suas expectativas e programações idealistas, tem como resultado

permitir a operacionalidade do poder no “meio técnico científico e informacional” (M. SANTOS, 1996), submetendo a produção social do espaço a racionalidade da gestão econômica que atua por meio de instituições burocratizadas e tecnocráticas. Todavia, ao observar o uso dessa razão utilitarista dos indicadores sociais. É possível perceber, um efeito de “dispositivo”, com significação e entendimento possível a partir do conceito utilizado por M. Foucault e G. Agamben.

O enquadramento dos indicadores sociais como objetos técnicos e informacionais, e também, como dispositivo político, permite explicar a lógica moderna do saber/poder imbuída em seus usos e apropriações. Nesse sentido esta pesquisa, se coloca no movimento de ir além de uma crítica ao tecnocratismo, mas elucidar melhor as facetas atuais da racionalidade da transformação da vida humana e da produção social do espaço geográfico e do tempo social, que se realizam pela produção de indicadores sociais e seus usos como dispositivos de tecnologias políticas. Por percebermos que estamos convivendo com determinadas tecnologias políticas que capturam as representações das realidades e geram no social um conjunto de representações que afetam diretamente a racionalidade da ação do Estado, as práticas espaciais cotidianas, os campos de força social e as linhas de fuga da ação, do pensamento e das subjetividades.

Para dar conta do problema de como analisar e entender melhor a relação entre a produção de indicadores sociais e a natureza da produção social do espaço geográfico e do tempo, de modo a superar os limites de uma pesquisa teórica sobre a relação entre indicadores sociais e a Geografia, foram concebidas cinco perguntas estratégicas. Pontuando, uma pragmática para a construção do problema de pesquisa, ao pautar as perguntas:

- 1) como os especialistas expertos em indicadores sociais e no tema das desigualdades sociais enunciam e representam os indicadores sociais estudados e as desigualdade sociais urbanas por eles representados?
- 2) como as agências de pesquisas e agências multilaterais enunciam e representam as desigualdades sociais a partir de indicadores não sintéticos (renda, anos de estudo, mortalidade, etc e sintéticos como o IDH, IDEB, IBEU, IVS, etc.?)
- 3) como gestores públicos enunciam e representam as desigualdades sociais a partir dos indicadores sociais?
- 4) como técnicos operacionais de agências de pesquisa e órgãos públicos enunciam e representam as desigualdades sociais a partir dos indicadores sociais?

5) como comunidades e movimentos sociais enunciam e representam as desigualdades sociais a partir dos indicadores sociais?

6. Observações empíricas sobre o caso de Porto Alegre, RS

6.1 Usos e apropriações dos indicadores sociais no caso da cidade de Porto Alegre

Entre os principais agentes de produção de conhecimento sobre a cidade de Porto Alegre entre os atores fazem uso recorrente de indicadores sociais podemos destacar a Fundação de Economia e Estatística do Estado – FEE, o Observatório da Cidade de Porto Alegre e o Observatório das Metrópoles Núcleo Porto Alegre¹¹. No caso de POA na esfera municipal e estadual tem se avançado na produção de indicadores sociais e análises de uma gama muito variada de indicadores com finalidades específicas, que em geral são voltados para avaliação de mudanças sociais. Bem como, a resultados e subsídios a formulação de novas políticas. Além dos agentes/atores citados anteriormente, se destaca também, o papel de Programas de Pós-graduação e de linhas de pesquisas que visam análise a avaliação de políticas públicas e consultores externos.

Em um contexto recente, que data da segunda década do século XXI, é possível observar que o uso e a apropriação de indicadores sociais vêm se dando em uma dimensão institucional tanto no campo técnico científico como no campo político. Observamos os indicadores sociais sendo apropriados e utilizados como instrumentos de estudo de dimensões macro sociais e para fins de monitoramento de transformações espaciais e temporais. Em um contexto de emergência da dimensão territorial e da dimensão temporal também observamos os indicadores sociais sendo apropriados e contextualizados nos textos de leis e dispendo sobre formas de saber/poder para o Estado e para a ação social.

6.2 Usos e apropriações dos indicadores sociais no campo político

No caso de Porto Alegre é possível observar no campo político, uma apropriação para fins de produção de política pública e para fins de organização e planejamento territorial da ação pública através da presença de três instrumentos normativos municipais, o primeiro diz a respeito das áreas de abrangência dos Conselhos Tutelares, através da Lei

11 No site <http://portoalegremanalise.procempa.com.br> pode ser encontrado uma gama de indicadores sociais disponíveis a consulta pública e a análises comparativas entre 2000 e 2010.

Nº 11.061, de 1º de abril de 2011, o segundo se refere as formas de pesquisa para fins de diagnóstico para avaliação e produção de políticas do livro e leitura, através do DECRETO Nº 17.010, de 29 de março de 2011, e o terceiro marco que dispõe sobre a criação e função do sistema de produção de informações e conhecimento para subsídios a formulação e avaliação de políticas para as mulheres, por meio da Lei Nº 11.281, de 21 de maio de 2012.

Para a organização e planejamento dos Conselhos Tutelares a Lei Nº 11.061, em seu artigo 1º, dispõe sobre o uso dos indicadores sociais como meio de demonstração de necessidades sociais a serem atendidas pelas possibilidades operacionais e através de anexo define as micro regiões de atuação de cada Conselho vinculando a uma regionalização administrativa. Por sua vez, o Decreto Nº 17.010 dispõe sobre o uso de indicadores sociais e educacionais do Município listando IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), taxa de alfabetismo funcional, número de escolas, número de escolas por habitantes, número de professores por habitante, e outros dados de desempenho escolar ou de desempenho na leitura e escrita, como dispositivos integrantes do questionário a ser utilizado como instrumento de pesquisa de “diagnóstico do livro e da leitura” conforme o Anexo I do Decreto Nº 17.010.

No texto da lei 11281 /2012 é disposto determinações em que o Executivo Municipal deve organizar a “prestação de contas pública da evolução dos indicadores sociais” relativos à mulher no Município. Ocorre uma definição semântica operacional de indicador social, de índice de qualidade de vida e de mapa da situação da mulher, criando um dispositivo específico definido pela associação entre indicadores sociais e seus respectivos georreferenciamentos, para fins de localizações espaciais, caracterizando uma nova tecnologia política¹² para a cidade de Porto Alegre. Dispondo então, sobre o uso de indicadores sociais como dispositivos de diagnósticos para a produção de políticas para as mulheres. Nesta lei, podemos perceber um processo de modernização da produção de

12 A noção de tecnologia política é aqui recontextualizada a partir do uso feito na Sociologia da Educação de tradição inglesa, por Stephen Ball ao estudar a planificação educacional e os efeitos da cultura da performatividade. Para Ball performatividade, é utilizada como um dispositivo técnico e como tecnologia política, vinculada aos modelos de gestão como uma ferramenta abstrata, materializada por um conjunto de artefatos. Logo, sendo apropriada pelos modelos gerencialistas de controle social, para fins de reprodução ampliada da cultura do melhor desempenho, de modo que a díade performatividade e gestão passaram segundo S. Ball, a modificar radicalmente os modos de vida dos grupos sociais em todo o mundo, por reconfigurarem as formas de saber e de conhecimento em função de retornos financeiros e valores de trocas econômicas, os quais, são objetivados pela regulação de modos de subjetivação que utilizam a cultura do desempenho para ancorar os significados totalitários e produtivistas dos modelos de gestão gerencialista.

políticas públicas para fins de ações cujo foco são desigualdades sociais. De modo, que foi gerado via o campo político uma política de produção de visibilidades, informações e representações espaciais sobre desigualdades de gênero. Todavia, este marco regulador, não define a forma de produção e nem os indicadores a serem utilizados.

Nestes três marcos jurídicos que evidenciam a apropriação dos indicadores sociais no campo político da cidade de Porto Alegre é possível observar como os indicadores sociais estão sendo apropriados para assumirem funções nos ciclos de produção de políticas públicas para a cidade, de fato, prevalecendo uma razão utilitarista como aponta Milléo (2006). Mas, também é possível observar a apropriação como instrumentos de controle social, de poder e exame, se tornando instrumentos que capturam e agenciam ações, produzindo representações e representabilidades.

Logo, os indicadores sociais no campo político apresentam-se como dispositivos de classificação e normalização, cujos resultados irão direcionar as ações, marcar espaços, territórios e lugares, delimitam fronteiras e determinam o tempo das ações públicas diante dos fenômenos e problemas sociais identificados, mapeados e descritos por meio das análises e usos discursivos feitos com os conjuntos de indicadores adotados ou produzidos.

6.4 Usos e apropriação dos indicadores sociais no campo jornalístico¹³

Para a análise das apropriações dos indicadores sociais no campo jornalístico discursivo, o uso e apropriações do IDH-M de Porto Alegre pela imprensa permite identificar uma apropriação do IDH que se utiliza basicamente do significante ranqueamento para criar significados de melhor ou piores condições de vida. Com a publicação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, os resultados foram noticiados com destaque para a posição ocupada pela cidade em relação as outras capitais e cidades brasileiras. Sendo que foi, destacado que Porto Alegre ocupa a posição de número 28 no ranking geral das cidades e 6º em relação as capitais, ficando com um IDH de 0,805, considerado alto. Também, é possível observar um jogo de representabilidade em que se destaca para Porto Alegre, a menor melhora no período entre 2000 e 2010.

13 Nesta secção os conteúdos analisados referem-se ao discurso público do campo jornalístico.

No campo jornalístico foram encontrados dois tipos de usos e apropriações do IDH-M em relação a cidade de Porto Alegre, o que produz representações que significam a cidade como estando em uma competição na qual o IDH-M é uma medida dos resultados finais e comparando com outras cidades desconsiderando as dimensões internas da cidade, e o uso do IDH-M representado como um indicador ilusório por não representar as desigualdades internas da cidade.

Quando a representabilidade jornalística, utiliza o IDH-M como um dispositivo de classificação por meio de valores e significações de competitividade e desempenho, a interpretação do uso e apropriação do IDH pelo campo jornalístico, aparece como uma produção e reprodução performativa enunciada de forma mimética, como um status de verdade e como uma representação social, ancorado num número de posição num ranqueamento. Portanto, reproduzindo uma cultura de desempenho através do uso do IDH como um dispositivo operacional e objeto técnico representacional de uma ideologia de competitividade entre lugares cunhada em representações que não representam as desigualdades sociais internas das cidades, suas particularidades e suas histórias.

Quando o IDH-M no discurso jornalístico é utilizado é utilizado para afirmar que essa medida não representa as desigualdades sociais internas da cidade. O uso e a apropriação pela representabilidade jornalística feita também, se faz através da comparação e do ranqueamento de cidade e posição. Como podemos observar neste excerto de uma matéria sobre a pobreza extrema em Porto Alegre:

“Espalhadas pelo Brasil, 700 mil famílias ainda seguem fora dos programas sociais. São 2,5 milhões de pessoas (1,3% da população) consideradas invisíveis pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A elas faltam endereço, documentos, perspectivas de vida. E sobram mazelas. Cidadãos que teriam direito a receber, no mínimo, R\$ 70 por mês pelo Bolsa Família. Porém, sem informação e não procuradas por órgãos oficiais, vivem de esmolas de desconhecidos e doações de parentes, amigos ou vizinhos.

Em Porto Alegre, uma legião de pessoas vive nessa situação, ainda que a Capital seja a primeira no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, entre as 13 maiores cidades do Brasil. Pelo Censo de 2010, 1% das pessoas (13.642) ganharia, por

mês, menos de R\$ 70” (DIÁRIO GAÚCHO 2013¹⁴).

O IDH é gerado a partir dos dados do Censo do IBGE e divulgado por uma agência internacional da ONU, em escala planetária, se transformou em um dispositivo e artefato técnico utilizado por pessoas que produzem discursos públicos com status de verdade a partir dele, marcando espacialmente as desigualdades sociais temporal, espacial e territorialmente. Criando representações de distanciamentos, de competitividade e comparabilidades como as observadas nos discursos do campo jornalístico sobre Porto Alegre.

6.5 Usos e apropriação dos indicadores sociais no campo técnico-científico

Para observação do uso e apropriação dos indicadores sociais no campo científico, o IDH-M também, é tomado como caso de observação, sendo percebido como tem sido utilizado para análise e interpretação das desigualdades sociais, todavia é apontado as limitações de representabilidade do indicador e busca-se apreender a realidade social através de conjuntos de indicadores e por meio de regionalizações. No campo científico a produção de indicadores sociais sobre Porto Alegre é observada sendo atravessada por uma relação entre o Estado e um mercado de serviços de consultoria técnica científica.

A elaboração do Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004) por exemplo, foi realizada por consultoria e parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e cooperação com várias secretarias municipais. No caso da criação do Sistema de Gestão e Análise de Indicadores Porto Alegre em Análise, este foi um produto de serviço de consultoria externa, a empresa contratada foi a QUARTAMIDIA¹⁵ que desenvolveu o software *Observatório Urbano*, dispondo de uma interface que permite o acesso de painéis de indicadores com meios de comparação e a geração automática de um Plano de Metas.

14 Disponível em <http://diariogaicho.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2013/04/eles-sao-invisiveis-mas-tem-cara-4109006.html>

15 Maiores informações em www.quartamidia.com.br

Os enunciados produzidos no Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004), são um exemplo que permite-nos entender, que de maneira a representabilidade do IDH tem sido problematizada em POA historicamente e quais outras estratégias de representação das desigualdades sociais podem ser utilizadas. Os mapeamentos realizados foram feitos somente utilizando dados quantitativos transformados em indicadores sociais.

Por meio do georreferenciamento de um conjunto de indicadores sociais sintéticos e não sintéticos em escalas *standards* (0 a 1), surge a necessidade de problematizar as representabilidades dos indicadores sociais de ampla escala geográfica e em especial do IDH-M para a cidade de Porto Alegre. Na abordagem feita no Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004)¹⁶, é observado o uso e apropriação do IDH-M distinta do observado no campo jornalístico. De modo, que a questão destacada foi a dimensão da escala de uso do IDH-M e a necessidade de regionalização de indicadores em escala intraurbana para fins de melhor representar as desigualdades sociais, obtendo-se melhores condições de representabilidade dos processos históricos e geográficos das desigualdades sociais.

Através de um estudo transversal das desigualdades sociais de POA, o Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004) apresentou os resultados do mapeamento de diversos indicadores sociais como uma forma e instrumento de avaliação da realidade. Chamando a atenção para a qualidade de vida que desfrutam algumas regiões, diante da vulnerabilidade social que impedem o avanço de outras. Utilizando como critério de regionalização dos mapeamentos feitos pelo georreferenciamento de indicadores, regionalizados pelas dezesseis regiões do Orçamento Participativo. O mapeamento gerado mostra uma cidade que apesar de ter um alto IDH-M (IDH = 0,865 em 2000), é marcada pela desigualdade entre as diferentes áreas e regiões da cidade, tendo variações entre 0,46 a 0,93 entre as regiões.

Por sua vez o Sistema de Gestão e Análise de Indicadores Porto Alegre em Análise (2012) também permite uma análise das desigualdades sociais intra urbanas, bem como a

16 O Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre (2004) foi um produto de consultoria externa coordenada pelo Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos UFRGS/Instituto de Filosofia e Ciências Humana com colaboração dos técnicos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

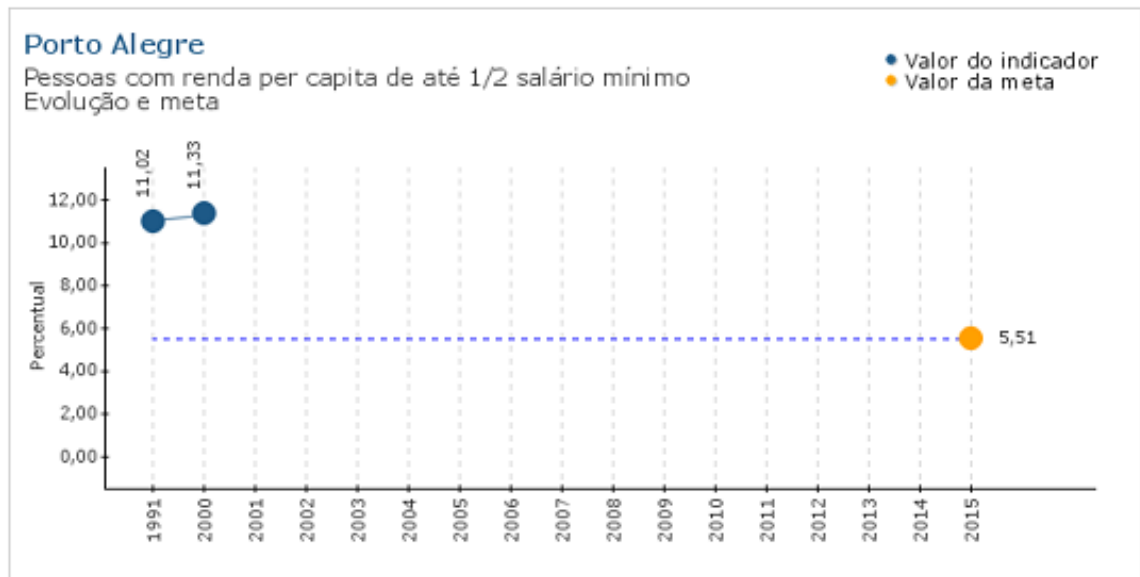
análise comparativa temporal e espacial. Todavia, todos os mapas e informações geradas são de forma automatizadas, não disponibilizando análise interpretativas, somente a comparação entre indicadores em escala intraregional e temporal. Além da automação na relação uso e apropriação dos indicadores sociais, no sistema Porto Alegre em Análise também se observa uma nova dimensão temporal incluída, que é a categoria de tempo futuro, através da geração automática de um Plano de Metas.

Com o desenvolvimento do Porto Alegre em Análise está então disponível um complexo sistema de indicadores sociais os quais possibilitam múltiplos mapeamentos. Sendo, os dados utilizados são oriundos de base de dados qualitativos, que geram representações e representabilidades da cidade e de lugares cujo os moradores ainda não interferem nem inferem na produção desse números públicos.

Figura 1. Projeção de meta para o IDH até 2015

Cidade de Porto Alegre

Meta para Pessoas com renda per capita de até 1/2 salário mínimo



Acompanhamento da meta

Meta: Diminuir 5,51 pontos no valor do indicador até 2015 com base no ano de 1991

Ano	Indicador	Alteração relativa ao ano base	Percentual da meta alcançado
1991	11,02	0	0%
2000	11,33	Piorou 0,31 pontos	Retrocedeu 5,63%

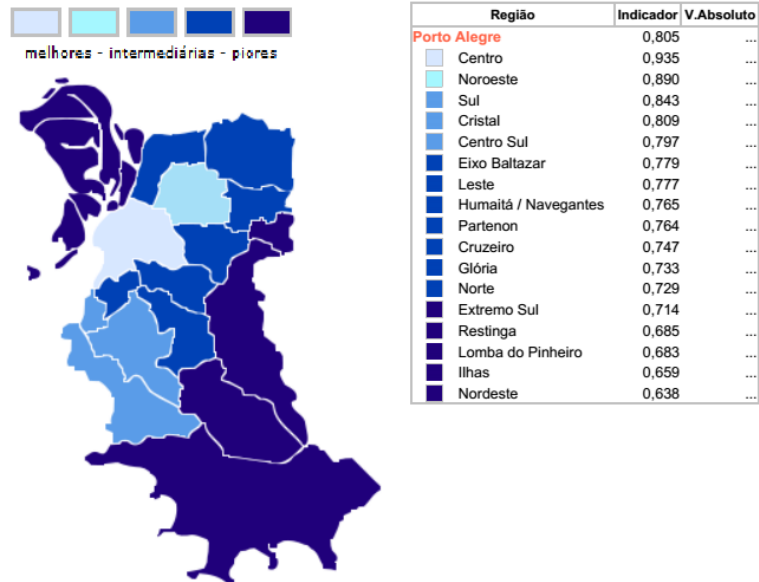
Fonte: Porto Alegre em Análise, gerado em 2016

Figura 2. Espacialização do IDH-M (2010) para as regiões administrativas de Porto Alegre

Ano 2010 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2010, foi de **1,47** vezes.



Fonte: Porto Alegre em Análise, gerado em 2016

Ano 2000 - Regiões de Porto Alegre

Fator de Desigualdade

Entre as Regiões, a proporção entre o melhor e o pior valor, em 2000, foi de **1,75** vezes.

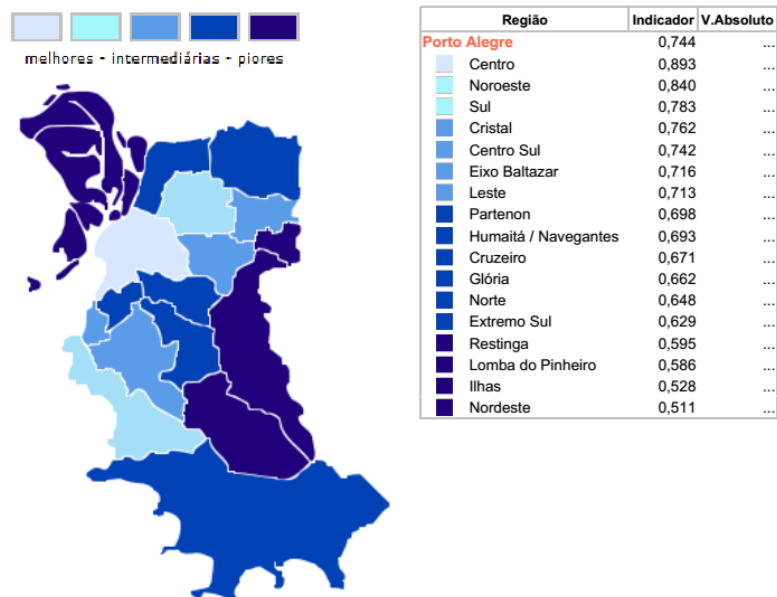


Figura 3. Espacialização do IDH-M (2000) para as regiões administrativas de Porto Alegre

Fonte: Porto Alegre em Análise, gerado em 2016

Na Figura 1, é possível observar uma projeção de meta para o IDH via a melhoria do indicador renda, sendo a meta projetada para o ano de 2015. Nas Figuras 1 e 2, podemos perceber as representações e representabilidades geradas a partir da espacialização do IDH-M para Porto Alegre em uma escala intraurbana, regionalizada pelas regiões administrativas do município. Na comparação entre 2000 e 2010 é possível perceber diferenças na escala territorial das desigualdades, de modo a demarcar melhorias nas condições de vida de algumas regiões da cidade. Mas, continuamos a observar uma polarização entre melhores e piores condições de vida. Bem, como podemos observar uma ampla escala em condições de precarização social.

7. Problematizações Finais

Ao se identificar elementos para a reflexão e exemplos empíricos do uso e apropriação dos indicadores sociais em três campos sociais distintos, o político, o jornalístico e o técnico científico. É possível perceber uma clivagem entre os campos sociais no universo das representações. Ao mesmo tempo que se evidencia, diferentes táticas e estratégias de ação e poder observáveis no processo de produção de representações sobre a realidade a partir dos usos e apropriações dos indicadores sociais.

Os indicadores sociais ao serem interpretados como dispositivos de poder que capturam a ação e subjetividades de tal modo, que possibilitam perceber que eles são meios de classificações e da operação da razão de gestão econômica do Estado Moderno no meio técnico científico e informacional. Em relação as desigualdades sociais no espaço geográfico, os indicadores estão se tornando objetos técnicos presentes no processo de transformação do controle social e da gestão dos territórios. Mas, também, se tornam dispositivos produzidos para fins de reprodução de uma sociedade técnica, científica e informacional sob a égide de uma razão de gestão econômica.

Nesta contextualidade, como os usos e apropriações dos indicadores sociais implicam na organização e manutenção de hegemonias na produção de políticas públicas? Como está lógica implica nas representações passadas, presentes e futuras sobre as desigualdades sociais? Será que o uso e a apropriação dos indicadores na escala das

representações sociais pela hegemonia do campo jornalístico e a ausência das participação e das vozes do grupos sociais e comunidades sujeitas dos indicadores transformam as desigualdades sociais em dimensões mercadológicas de uma cultura performativa de uma economia Capitalista, alimentando uma contínua crise social e uma exclusão dos sujeitos dos indicadores da ação política?

Os indicadores sociais para Porto Alegre como também, referentes a outras capitais melhoraram durante a década de 1990 e 2010. Todavia, a situação econômica e social do Brasil resultou numa produção ampliada de desigualdades sociais gerando crescimento do desemprego, da pobreza e da violência urbana em diferentes setores sociais, mesmo diante de uma inclusão social via consumo dirigido e aumento da industrialização. A análise das cidades através de indicadores sociais que utilizam índices que sintetizam representações para cidades inteiras em vez de para a relação entre suas regiões internas, tende a obscurecer as representabilidades das diferenças nas condições de vida no interior das cidades, e limitam o perceber sobre os processos de reprodução das desigualdades sociais no tempo e no espaço. Nesse sentido, permitem o uso e a apropriação por uma razão que reproduz uma cultura performativa.

Na dimensão da produção das representações, cabe entender melhor como os especialistas expertos em indicadores sociais e pesquisadores do tema das desigualdades sociais enunciam e representam os indicadores sociais em seus estudos e cotidianos. Bem como, é necessário, melhor compreender, como as agências de pesquisas e agências multilaterais enunciam e representam as desigualdades sociais a partir dos indicadores. Pois a partir desses processos representacionais podemos então inferir sobre os efeitos na *práxis*

Outra necessidade de esclarecimentos que podemos apontar, é a análise de como gestores públicos fazem usos e apropriação destes dispositivos e como tais objetos técnicos estão sendo concebidos e articulados com o ordenamento territorial e a produção de políticas públicas nas mais diferentes escalas. Como também, surge como algo de grande importância, o buscar entender melhor como comunidades e movimentos sociais enunciam e representam as desigualdades sociais a partir dos indicadores sociais.

Com estas questões a guisa de problematização final, os conceitos dispositivo, objeto técnico e representação, são articulados aos conceitos de espaço e de tempo no meio

técnico científico informacional, com suas consequentes categorias escala e região, para serem tomados como porteiras iniciais de um campo e área de pesquisa que exige um embasamento teórico e epistêmico específico, e que necessita ser organizado com as definições conceituais precisas e pertinentes para fins de análise empírica, para diálogos com outras áreas do saber e com os diferentes campos científicos envolvidos.

8. Referencias Bibliográficas

ADORNO, T e HORKHEIMER, M. **Temas básicos da sociologia**. São Paulo, ed. Cultrix, 1973.

AGAMBEN, G. O que é o contemporâneo? e outros ensaios. Chapecó, Argos. (2009)

BAYER, A. et al. A estatística e sua história. **XII Simpósio Sul-Brasileiro de Ensino de Ciências, 2004**.

BÉDARIDA, F. The modern historian's dilemma: conflicting pressures from science and society. **The Economic History Review**, v. 40, n. 3, p. 335-348, 1987.

CASTRO, I. E. de. Análise geográfica e o problema epistemológico da escala. **Anuário Instituto de Geociências**, vol. 15. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em <http://ppegeo.igc.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-97591992000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 03 out. 2015.

FERREIRA, M.J., TAVARES, I. & TURKMAN, M.A. **Dossiers Didáticos**, VI – Notas sobre a História da Estatística. <http://alea.ine.pt>

FURTADO A, COSTA B.M., MACEDO C. E. G., GERMANO L. R., MACERATA M. A., SILVA M. E., et al. **Mapa da inclusão e exclusão social de Porto Alegre**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre: Secretaria do Planejamento Municipal; 2004

GIL Fº, S. F. Espaço de representação: uma categoria chave para a análise cultural em geografia. **I-Encontro Sul-Brasileiro de Geografia**, 2003.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1968.

JODELET, D. Les représentations sociales. **Le courrier du CNRS**, n. 79, 1992.

LEFÈBVRE, H. **La presencia y la ausencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LYOTARD, J-F.; **A condição pós-moderna**. Ed. José Olimpio, Rio de Janeiro 1998

MILLÉO, J. C. **A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para

- uma história. **As representações sociais. Rio de Janeiro: EDUERJ**, p. 45-66, 2001.
- RIBEIRO, A. C. T. et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, v. 15, n. 2, 2001.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. IBEU: índice de bem-estar urbano. **Rio de Janeiro: Letra Capital**, 2013.
- SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. **Pensamento Plural**, n. 1, p. 113-142, 2014.
- SANTOS, M. H. O. e C. “A Estatística e os Actuais Programas”. Oficina de Formação à Distância para o Ensino da Estatística. **E-alea** 2005. Disponível em http://www.alea.pt/html/elearning/html/trabalhos/2005/HCunha/TrabalhoFinal_HC.pdf
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: formação espacial como teoria e como método. **São Paulo: Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1978.
- SIMMEL, Georg. Sociology of space. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 79, p. 75-112, 2013.
- THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.
- TRAVERSINI, C. S.; LÓPEZ BELLO, S. E. O numerável, mensurável e auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 34, n. 2 (maio/ago. 2009), p. 135-152**, 2009.
- XAVIER, R. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?. **Psicologia Social**. Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 18-47, Dez. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de Outubro de 2015.